O ACESSO DE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA À REGIÃO CENTRAL DE CAMPO GRANDE

Acadêmica: Sandra Alves Carvalho
Orientação: Jorge Aparecido Barros
Supervisão metodológica: Heitor Romero Marques

Há algumas décadas, a sociedade não conseguia ver o indivíduo com deficiência além da cadeira de rodas, da muleta, do membro amputado ou deformado. A sociedade não conseguia enxergar a essência humana da pessoa portadora de deficiência, a não ser com piedade.

Configurou-se, então, uma situação de desvantagem para estas pessoas diante de determinadas barreiras, ou seja, tudo o que impede à acessibilidade, a oportunidade, ao convívio com outras pessoas e à realização pessoal, impossibilitando-as de desempenharem um papel considerado normal, dentro de suas limitações. Buscou-se demonstrar que é a falta de conscientização por parte da sociedade e consequentemente o meio, em grande parte, o que determina o efeito de uma deficiência ou incapacidade sobre a vida diária de uma pessoa e não tanto sua especificidade física, tornando-os assim segregados da vida da comunidade.

Em Campo Grande, são por demais sabidas as dificuldades com as quais se deparam os portadores de deficiência ambulatória total e parcial no acesso às edificações tanto de uso público quanto privado, que vão desde desníveis, revestimentos inadequados ou deteriorados nas calçadas, como falta de acesso às áreas de lazer comuns: cinemas, praças, teatros, igrejas, dentre outros. Para elaboração da pesquisa foi realizada entrevista estruturada aberta com uma parcela da população de portadores de deficiência ambulatória total e parcial sobre os principais pontos de dificuldades encontrados na região central de Campo Grande, onde foram citados Bancos, Igrejas, Praças,

Cinemas, Casa do Artesão, calçadas e a falta de mobiliários urbanos. Registros fotográficos foram realizados com o intuito de demonstrar alguns dos pontos citados.

Os portadores de deficiência entrevistados foram funcionários da TELEMS que já possuem uma vida quase "independente", não fossem as barreiras arquitetônicas com que se deparam. Leis Federais e Municipais foram apresentadas comprovando o direito de ir e vir dos portadores de deficiência e normas para eliminação das barreiras arquitetônicas (NBR 9050/94), elaboradas pela ABNT - Associação Brasileira de Normas e Técnicas.

Concluiu-se então que as maiores barreiras enfrentadas pelos portadores de deficiência são as sociais, o preconceito, a segregação e, como conseqüência secundária, as barreiras arquitetônicas ambientais.

Por fim, como relatado por um dos entrevistados, as barreiras ambientais tornam-se um outro problema: "*...a gente acaba desistindo*". O portador de deficiência acaba enclausurando-se dentro de si mesmo, formando novas barreiras, por desesperança e falta de auto-aceitação, diminuindo assim sua auto-estima.

O que podemos fazer para transformar em ação as Leis e os direitos desses cidadãos?

Abre-se aqui um tema para nova pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. 2. ed. São Paulo, 1993.

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Normas Técnicas. NBR 9050. Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências à edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 1997.

MANTOAN, M. T. E. e col. *A intervenção de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo : Memnon/SENAC, 1997.